

Eliana Correia Brandão Gonçalves
(Organizadora)

FILOLOGIA E HISTÓRIA

PERSPECTIVAS DIALÓGICAS E CONTEMPORÂNEAS



Criação Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PERCURSOS E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA: DO PASSADO À CONTEMPORANEIDADE Maria Filomena Gonçalves	13
O FILÓLOGO COMO MINORIA SOCIAL Ivo Castro	43
A EDIÇÃO DE TEXTOS HISTÓRICOS: ESCOLHA E FINALIDADE Célia Marques Telles	63
HIPÓTESES ACERCA DO REGISTRO DE UM VOCÁBULO ARCAICO EM UM DOCUMENTO PORTUGUÊS QUINHENTISTA Phablo Roberto Marchis Fachin Luana Leão Silva	85
MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA ESCOLHA E PREPARAÇÃO DA FONTE ÀS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS DO LÉXICO Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto Carolina Akie Ochiai Seixas Lima	107
EDIÇÃO DE TEXTOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA NEGRA Eliana Correia Brandão Gonçalves	143
QUILOMBOS E REVOLTAS ESCRAVAS NO MUNDO ATLÂNTICO Danilo Luiz Marques	171

UMA ARQUEOLOGIA DAS LIBERDADES: TIPOLOGIA DOCUMENTAL E REDES DE SOCIABILIDADE NA PRODUÇÃO DAS ALFORRIAS CARTORIAIS NO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII	195
Philippe Manoel da Silva Moreira	
.....	
ATAS DO CLUB CUPIM: TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM UM CENÁRIO DE LUTA ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX	219
Valéria Severina Gomes	
Cristiane Alves de Lima	
.....	
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS: CARTAS DA VILA DE CAMAMU DO SÉCULO XVIII	241
Tamires Sales de Quadros	
Eliana Correia Brandão Gonçalves	
.....	
UM LIVRO DE REGISTRO CIVIL NO ANO DE 1899: UMA QUESTÃO DE COR NO ESTUDO PALEOGRÁFICO DIPLOMÁTICO DE TEXTOS DA CIDADE DA BAHIA	273
Arivaldo Sacramento de Souza	
.....	
CULTURA E PODER ATRAVÉS DO DISCURSO JURÍDICO: "O AUTO DE DEFLORAMENTO DE M. J."	319
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz	
.....	
VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA BAHIA: LEITURA FILOLÓGICA DE DOCUMENTO DO SÉCULO XVIII	341
Pollyana Macêdo de Jesus	
Eliana Correia Brandão Gonçalves	
.....	
TEMIRECÔ, EMIREKÓ: GÊNERO, CASAMENTO, PODER E COLONIZAÇÃO	361
Vânia Maria Losada Moreira	
.....	
SOBRE A ORGANIZADORA	389
SOBRE OS AUTORES	390

PERCURSOS E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA: DO PASSADO À CONTEMPORANEIDADE

.....

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora-ECS/DLL
CIDEHUS.UÉ/FCT - UIDB/00057/2020

INTRODUÇÃO

Falar de Filologia e de História é falar de escrita, representação e memória, o que em tempos de império de realidade virtual e de apagamento da memória determina um exercício de revisitação das origens daquelas duas áreas das Humanidades, há muito autónomas, embora tenham, na sua génese moderna, uma matriz comum. Tal como a definimos atualmente, a Filologia assenta na possibilidade de representar a linguagem humana por meio da escrita, dependendo, pois, de uma materialidade (documento escrito) que capta a língua e se corporiza em textos. Assim, a Filologia é, *lato sensu*, uma disciplina da escrita, sendo que esta é sempre uma “representação” (etimologicamente, “tornar presente”) que torna visível o intangível, vale dizer, a língua oral. Nesse sentido, a escrita é um artifício no qual as sociedades investiram, ao longo da sua história, uma carga simbólica, passando a ser manifestação de poder, legitimação, prestígio social, diferencial cultural, exclusão, hierarquização, valores que extravasam, evidentemente, a mera função de translação da fala, tanto mais que o material

primário desta (sonoro) e o da escrita (gráfico) transmitem dimensões distintas do que é uma língua. Mas se esta se torna visível por meio da escrita, é também graças a ela que a memória se materializa em testemunhos que sobrevivem à natureza etérea da palavra proferida – *Uerba uolant, scripta manent*).

Artífice da memória da língua (nas suas camadas), a escrita é igualmente um testemunho das percepções sociais, culturais e psico/cognitivas alicerçadas em torno da língua ao longo do tempo.

A definição da Filologia como disciplina da escrita assenta, pois, em profundas raízes genéticas. O termo é tão antigo que já na época dos Alexandrinos remetia para o tratamento dos textos literários e, depois de muitos séculos de aplicação à exegese das sagradas escrituras, no período medieval, transfere-se para a leitura dos textos escritos em vernáculos recentes. Tão longa tradição acabará por facultar, no século XIX, as fundações da moderna Filologia que, segundo Contini (1992, p. 6), “culmina na crítica textual”.

No entanto, o surgimento da Filologia, como área de conhecimento científico, deve compreender-se no contexto do esforço epistémico e taxonómico levado a cabo por autores que tinham nas ciências naturais (botânica e zoologia) um modelo de ciência. No último quartel do século XIX, o termo “filologia” é um nome que recebia a “ciência da linguagem humana”, junto com denominações como glótica, glotologia e linguística. Tomada *lato sensu*, a Filologia abrangia todos esses domínios.

A lexicografia contemporânea recolhe o percurso do termo, conforme se observa no Dicionário Houaiss (2001), obra que aponta 1597 como a data da primeira atestação da unida-

de lexical “filologia”, cujas acepções remetem para a antiga tradição clássica e para o despontar da disciplina científica: na primeira acepção, filologia corresponde ao “estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos”; na segunda, com atestação de 1805, define-se como o “estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos”; na terceira, atestada no século XX, filologia tanto abrange os documentos escritos como a história interna da língua neles plasmada (“o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica”; na quarta, o âmbito da filologia restringe-se ao “estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos”, remetendo para “ecdótica” (Spina, 1977). Neste verbete, por sua vez, este termo (com primeira atestação em 1961; Houaiss, 2001) corresponde à “ciência que busca, por meio de minuciosas regras de hermenêutica e exegese, restituir a forma mais próxima do que seria a redação inicial de um texto, a fim de que se estabeleça a sua edição definitiva; crítica textual”. Daqui se conclui que, de acordo com o testemunho lexicográfico (Houaiss, 2001), desde o século XX coexistem duas acepções – uma mais abrangente

e outra mais restritiva do labor filológico, ainda que a segunda tenda a predominar.

Do ponto de vista do registo da mudança epistemológica, na definição de História como ciência, ao contrário da de Filologia, o dicionário de Houaiss (2001) não oferece elementos que indiciem a evolução do paradigma, consoante se conclui da definição lexicográfica – “ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico” –, embora também na área do labor histórico essa mudança tenha acontecido, uma vez que se abandona um “paradigma tradicional”, alicerçado numa narrativa de cariz factual, de acordo com a sucessividade do eixo cronológico, para, depois, na década de 70, se assumir como uma *Nova História* (“história global”, segundo Braudel), com novas abordagens com vista à compreensão integral dos processos históricos, contemplando tanto as mentalidades como as mudanças sociais, demográficas, económicas e outras, corrente histórica que ganhou fôlego na década de 80. Mas o dicionário de língua não dá conta da renovação metodológica e compreensiva por que passou a História.

Nas secções seguintes vamos refletir sobre os binómios referidos nesta introdução – “escrita e memória”, por um lado, e, por outro, “Filologia e História” –, atentando nas suas múltiplas conexões, do passado até à contemporaneidade.

FILOLOGIA E HISTÓRIA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Na história da ciência, desde os anos 60 do século XX registaram-se várias propostas de conceptualização da mudan-

ça científica. Segundo Kuhn (1962), a mudança opera-se como “revolução” que se traduz no surgimento de um “paradigma científico” distinto do anterior. Foucault (1966), por sua vez, postula o conceito de “ruptura epistemológica” e, no mesmo ano, Chomsky (1966) aceita a alternância, cíclica, entre duas perspectivas epistemológicas, a saber, a racionalista e a empírica. Já na década de 80, e no que diz respeito à história da ciência linguística, Koerner (1989) identifica vários “modelos descritivos do saber”: modelo da progressão linear; modelo da linha principal; modelo pendular; modelo da continuidade *vs* descontinuidade; modelo do progresso relativo; modelo da influência extralinguística. Todos eles traduzem diferentes concepções da ciência e do seu objeto e, é claro, das práticas dos investigadores, sendo que alguns desses modelos coexistiram. Ora, no último quartel do século XIX, para sinalizarem a nova episteme da ciência da linguagem os estudiosos procuraram, como referido atrás, uma designação adequada a esse paradigma científico, ora usando “glótica”, ora “glotologia” (Coelho, 1881), ou, ainda, simplesmente “filologia” ou “linguística”. Deses pioneiros de finais do século XIX e dos inícios do seguinte trata a secção seguinte.

FILOLOGIA, GLÓTICA OU GLOTOLOGIA: OS PIONEIROS

Cunhado pelos Gregos, o termo “filologia” é palavra antiga na língua portuguesa, tendo o seu primeiro registo lexicográfico português em Bluteau (1720, p. 482), em cujo *Vocabulario Portuquez, e Latino* (1712-1721) ocorre uma definição que revela a latitude conceptual do termo:

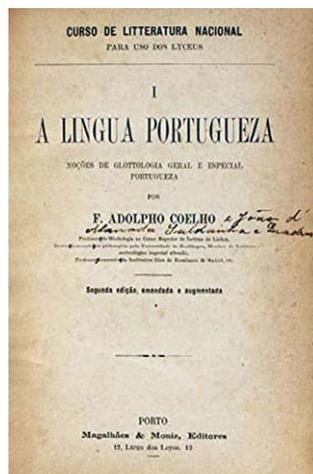
He Palavra Grega composta, por *Philos*, amigo, & *Logos*, discurso, & *Philologia* val o mesmo que estudo das letras humanas, começando a Grammatica, (que antigamente era a principal parte da *Philologia*), & prosseguindo com a eloquência Oratoria, & Poetica, com as noticias da Historia antiga, & moderna com a intelligencia, interpretação, & Critica dos Authores, com a erudição sagrada, & profana & geralmente com a comprehensão & applicação de todas as cousas, que podem ornar o engenho, & Discurso humano. Rigorosamente falando, Philologia he a parte das sciencias que tem por objecto as palavras, & propriedade dellas. Alguns confunde a Philologia com a mesma Grammatica [...].

Ora, se a palavra filologia tinha longa tradição e abrangia vários tipos de atividade em torno do texto, como testemunho de língua e cultura, o facto de os filólogos do último quartel de Oitocentos procurarem alternativas àquele nome justificar-se-á porque a denominação afirmava e circunscrevia a cientificidade dos estudos da linguagem humana. Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) foi quem, desde os meados de Oitocentos, mais indagou nesta questão, aceitando vários nomes como equivalentes, entre eles a “filologia comparada”, conforme se observa a seguir:

A linguística, ou glottica ou glottologia, a que tambem se chamou philologia comparada, é o estudo científico das linguas. [...] a glottologia estuda as linguas por ellas mesmas. [...]. A glottologia é porém uma sciencia historica, como a philologia e não uma sciencia natural. A linguagem não é producto natural, mas sim um producto social, como o direito, a religião, a arte (Coelho, 1881, p. 3. Negrito nosso).

Extraído de *A Língua Portuguesa. Noções de Glotologia Geral e Especial* (1881), este trecho é um dos muitos em que Adolfo Coelho trata de clarificar a natureza da ciência da linguagem, fazendo a destrição conceptual entre as várias denominações que aquela então recebia, assunto que o filólogo retomou em sucessivas publicações, não raro refundindo textos precedentes, o que revela a sua preocupação com a afirmação epistemológica da nova ciência.

Figura 1 – Adolfo Coelho e a Glotologia



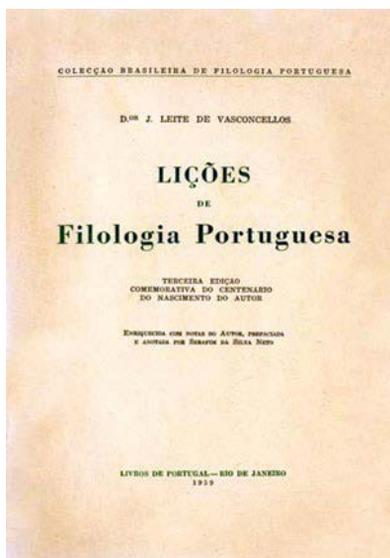
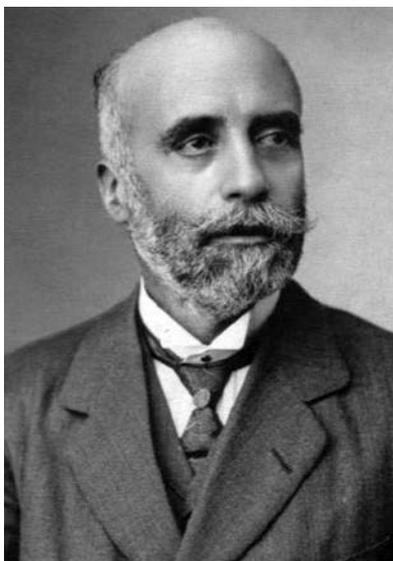
Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_Coelho; <https://www.abebooks.com/LINGUA-PORTUGUEZA-NO%C3%87%C3%95ES-GLOTOLOGIA-GERAL-ESPECIAL/30746215588/bd>

Para essa discussão contribuiu igualmente José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que, tal como Adolfo Coelho, integrava a plêiade de filólogos oitocentistas (Prista; Albino, 1988) que adotou e aplicou o método histórico-comparativo em Portugal, criando uma escola filológica portuguesa. Nos *Opúsculos* (1888)

que consagrou à filologia portuguesa, Leite de Vasconcelos expôs a sua acepção lata de filologia:

No seu sentido mais usualmente aceito a **Filologia**, seguindo **o desenvolvimento das linguas desde a origem em determinado grupo, mostrando as influências diversas a que estas obedecem, e descobrindo as leis de transformação**, dá ao literato a consciência do instrumento que maneja, mostra ao historiador uma das fases mais instrutivas da vida do homem, e a ajuda a despertar ou a afirmar no público o espírito sempre fecundo da nacionalidade (Vasconcelos, 1888, p. 842. Negrito nosso).

Figura 2 – Leite de Vasconcelos e as *Lições de Filologia*



Fontes: <https://www.wook.pt/autor/jose-leite-de-vasconcelos/15725>; <https://www.livraria-ferreira.pt/livro/licoes-de-filologia-portuguesa/>

A estes pioneiros não eram estranhas manifestações da cultura humana que se situavam no âmbito de várias disciplinas – etnografia, etnologia, heráldica, numismática, passando pela história e a literatura, até à história da língua, a dialetologia, a etimologia, a lexicologia, a lexicografia, a edição de textos (a atual crítica textual) –, porquanto todos esses conhecimentos auxiliavam o labor filológico, conforme sublinha F. Adolfo Coelho a propósito do âmbito geral da filologia:

O estudo da lingua, como a archeologia, a historia, a epigraphia, a mythologia, são para a philologia auxiliares, não fins; mas como o estudo das linguas, a archeologia a historia, etc., não estavam constituídos ainda quando se começou o estudo das litteraturas, como os que se occuparam d'estas tiveram necessariamente se de occupar d'aquellas, comprehendeu-se sob o nome de philologia todos esses diversos ramos de conhecimentos (Coelho, 1881, p. 2).

Em sintonia com circunscrição geral da filologia, Coelho delimita o escopo da filologia portuguesa, cujo objeto não pode ser outro senão o “estudo dos **monumentos** litterarios da lingua portugueza sob todos os pontos de vista” (Coelho, 1881, p. 22. Negrito nosso).

Décadas depois, Leite de Vasconcelos, cuja definição de filologia continua a ser lata, retoma a questão nas *Lições de Filologia* (1926, p. 8), aí considerando que esta compreende a “*História da língua* (Glotologia, Glótica, Linguística, e seus ramos), com a Estilística e a Metrificação; a *História literária* (1. *História da literatura*, em sentido amplo), com a Crítica literária; 2) *Bibliografia* (aplicação prática da Filologia, quando se edita criti-

camente, e se comenta, um texto)”, donde se conclui que todos estes domínios coadjuvam uma análise completa dos testemunhos escritos da língua.

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA

No século XIX, como atrás se referiu, era estreita a relação entre a Filologia e a História, já que esta cooperava com os objetivos daquela, fornecendo-lhe elementos para o que Adolfo Coelho (1881, p. 22) chamava de “estudo dos **monumentos** literarios da lingua portuguesa”. Vem à colação um parêntesis para, à luz da lexicografia contemporânea, esclarecer a origem e o significado de “monumento”. Socorremo-nos aqui de Houaiss (2001), segundo o qual provém do “Lat. *Monumentum* – deriva da raiz indo-europeia; e esta também se aplica a uma das funções nucleares do espírito (lat. *mens, mentis*), a memória”. Por isso, sem “traços” não existe memória nem monumento, consoante relembra Catroga (2001, p. 24), para quem os primitivos traços remetem para a “sequência de impressões deixadas pela passagem de um animal e, por extensão, qualquer vestígio humano voluntário ou involuntário que venha a ser ritualizado com o tempo”.

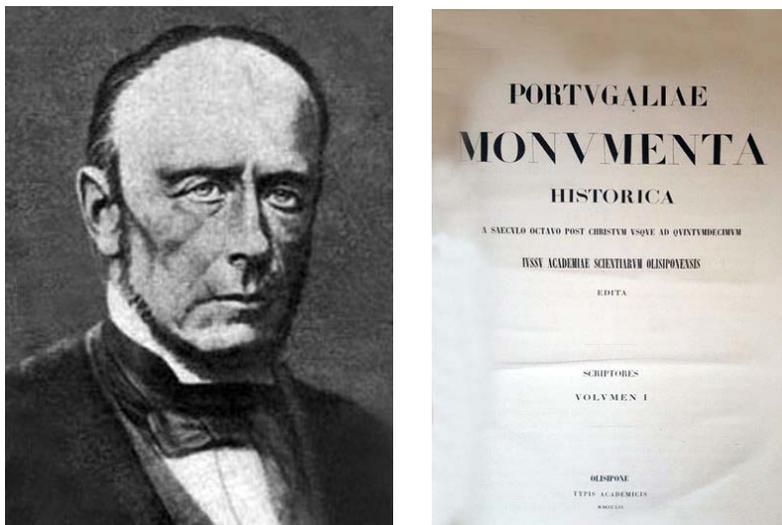
A relação entre Filologia e História é, com efeito, estreita, uma vez que a segunda depende de testemunhos escritos que lhe servem de fonte e a primeira centra o seu labor no texto escrito em que a língua está documentada. Mas a sua relação alicerça-se igualmente no facto de que tanto a história como a língua escrita constituírem um “rito de recordação” (Catroga, 2001, p. 40), pois se a escrita é uma representação do modo pri-

macial de qualquer língua – oral –, a história é uma narrativa que, para registar e perpetuar o passado, depende da palavra escrita. Ambas se irmanam, por conseguinte, seja na comum dependência de documentos (“monumentos”, na expressão de Leite de Vasconcelos), seja na memória do passado, seja, ainda, na vinculação à escrita. Como elemento civilizacional e cultural, durante muito tempo esta foi fruto exclusivo da mão humana, com tudo o que tal supunha (suportes de escrita, utensílios, práticas), para ter depois uma mediação técnica – os tipos móveis, a imprensa, a tipografia –, e, já nos nossos dias, graças às tecnologias digitais, ganhar formas de produção que permitem novas práticas de escrita e leitura, bem distintas das assentes na unidimensionalidade de um fólio ou uma página.

Os documentos carregam, assim, a memória coletiva em forma de texto, pelo que reunir acervos monumentais foi e continuará a ser imprescindível à preservação dessa memória. É precisamente no decurso do século XIX que se assiste ao resgate da memória documental / textual do português, preocupação motivada pelos valores do Romantismo, entre eles o cultivo dos vestígios (os “traços”) do passado. Assim, códices e livros, monumentos e ruínas, ou os mais diversos testemunhos materiais da história coletiva, passam a merecer o interesse dos intelectuais e escritores daquele tempo, que neles viam verdadeiros tesouros da memória coletiva, vale a pena recordar que em Portugal, desde a época medieval, a preocupação em reunir e preservar documentos fundamentais para a vida do reino ficara plasmada na criação em 1378 da Torre do Tombo, que em 1823, depois de várias vicissitudes, adquire o estatuto de Real Arquivo da Torre do Tombo, ampliando, as-

sim, as suas funções. No impulso dado à recolha de memória textual, destacam-se precisamente dois escritores românticos, a saber, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). Reconhecido historiador e escritor, o segundo compulsionou a documentação que a Academia das Ciências viria a publicar a partir de 1856 sob o título de *Portugaliae Monumenta Historica*¹, obra nuclear para a reconstituição da memória do reino até ao século XV.

Figura 3 – Alexandre Herculano e *Portugaliae Monumenta Historica*



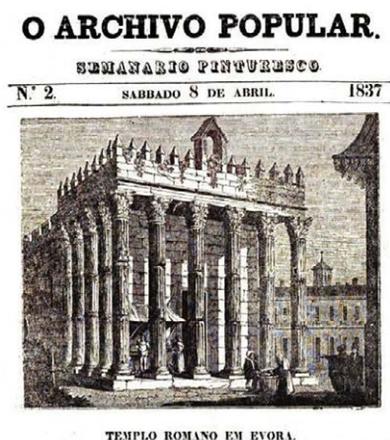
Fontes: https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano; <https://purl.pt/12270/4/>

Bem ao gosto romântico, que cultuava o passado, os seus ambientes e vestígios, Alexandre Herculano zelou igualmente

¹ A publicação, que se prolongou até 1917, apresenta secções distintas (*Scriptores, Leges et Consuetudines, Diplomata et Chartae, Inquisitiones*) repartidas por volumes.

pela recuperação do património monumental do país, tendo promovido uma subscrição pública com vista a que o templo romano de Évora fosse devolvido à sua primordial condição, já que, devido a sucessivas intervenções, àquele espaço havia sido dada outra finalidade, conforme pode observar-se na imagem publicada em 1837 no *Archivo Popular* (cf. a seguir).

Figura 4 – Templo romano de Évora

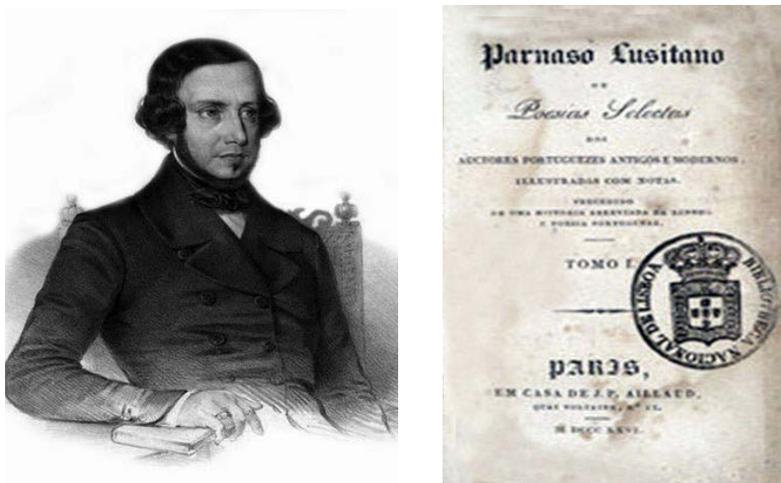


Fontes: <https://www.pinterest.pt/pin/344806915197539838/>; <http://wikipedia.org>

O culto da memória histórica traduzia-se, pois, em caboucar (Castro, 1996, p. 2) testemunhos escritos, mas também em procurar ruínas e vestígios das várias camadas históricas, o que levou, entre outras intervenções, a buscas em arquivos e escavações arqueológicas. Quer no caso do património textual quer no do património monumental, estamos perante um processo reconstrutivo que assenta nas remanescências de séculos de história. Mas se Alexandre Herculano foi um bom guardião da memória histórica, o mesmo poderá dizer-se de

Almeida Garrett, poeta e fundador do Teatro Nacional (Teatro Nacional de D. Maria II), que forrageou os melhores testemunhos da poesia nacional e da história da língua (Garrett, 1826), vale dizer, da memória linguística. O seu *Parnaso Lusitano* (1826), obra em geral pouco conhecida, é, contudo, uma fonte relevante para a discussão da elaboração normativa do Português Europeu (Verdelho, 2000).

Figura 5 – Almeida Garrett e o *Parnaso Lusitano*



Fontes: Biblioteca Nacional de Portugal - <https://purl.pt/96/1/bio/iconografia/09.jpg/>
 Biblioteca Digital Portuense: <https://bibliporto.wordpress.com/tag/almeida-garrett/>

A FILOLOGIA E AS PRÁTICAS DO HISTORIADOR

Nas seções anteriores tratámos de mostrar a natureza da relação entre filologia e história que, como se viu, assenta essencialmente em dois aspectos: por um lado, ambas lidam com material escrito e, por outro, uma e outra enfrentam os proble-

mas inerentes à leitura e transcrição do que está averbado no documento que, por esse processo, se converte em texto. Este é um dos pontos em que filólogos e historiadores mais divergem – os critérios ou normas para a edição textual (Castro; Ramos, 1986) –, porquanto os primeiros tendem a manter todas as marcas do passado, privilegiando por isso transcrições/edições fiéis ao original – conservadoras –, ao passo que os segundos tendem a sobrepor o conteúdo aos traços linguísticos da época representada, motivo por que não raro modernizam aspectos presentes no documento, alguns deles tão só irrelevantes na aparência. Os historiadores atuais são, contudo, cada vez mais sensíveis à importância da preservação das marcas linguísticas das fontes que manuseiam. A transcrição das *Memórias Paroquiais* (1758) (<http://www.cidehusdigital.uevora.pt/portugal1758>)², realizada por historiadores do Centro de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, segue critérios que, mau grado as intervenções dos transcritores, ainda são aceitáveis para o filólogo, não obstante aqueles terem atualizado aspetos como os seguintes: uso de maiúsculas e minúsculas, quer no interior quer no início de palavra; alternância entre u/v, representativa de consoante; introduzir ponto de parágrafo quando existe ou quando assume a forma de vírgula; desenvolvimento de abreviaturas sem assinalar o desenvolvimento. A título de ilustração, veja-se um excerto – edições fac-similar e modernizada – da Memória paroquial da Senhora da Ajuda, Comarca de Elvas, Ajuda, 1758, 9 de abril (ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 1, n.º 62, p. 433-436).

² É de salientar que o CIDEHUS Digital não disponibiliza apenas a transcrição destes textos, já que eles têm sido objeto de tratamento no âmbito das Humanidades Digitais (Vieira et al., 2021).

Excelentissimo Reverendissimo Senhor.
Resposta dos interrogatorios que Vossa Excelentissima me ordenou fizesse.

Luis Roiz Borrvalho, parochio confirmado pello Santissimo Padre Beneditto dessimo quarto, em esta parochial igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, termo e bispado de Elvas, provincia do Allentejo e juis provido na ditta freguezia (sendo datta do prelado e de sua natureza annual) por ser Sé vacante; a congrua são sinco moyos de trigo, e dois de sevada.

Consta de trinta e hum vizinhos; e duzentas e vinte pessoas.

Está situada em monte e descobre a cidade de Elvas, da qual dista duas legoas, e a villa de Jurumenha da qual dista hũa; tem hũa, aldeija distante da igreja seiscentos passos, que lhe chamam Venda, que consta de seis vezinhos.

O orago hé de Nossa Senhora d'Ajuda. A igreja hé de hũa nave, tem sinco altares a capella-mayor que hé de Nossa Senhora d'Ajuda e os mais são de Nossa Senhora do Rozario, de Santo Antonio, o Senhor Jezus e as Almas.

Tem três irmandades: a Senhora do Rozario, Santo Antonio, e as Almas. Não há nesta freguezia mais que parochio e sanchristão.

Tem hũa hermidia chamada São Raphael, está destilhada e sem portas, e as paredes com algumas raxas, e só a cappella-mayor está boa a qual hé de abobeda, aonde está a pintura do Santo, hé muy milagrozo, e advogado das sezões.

Os frutos que nesta freguezia se recolhem, são trigo, senteyo e sevada; e podendo recolher muytos mais mantimentos os não recolhem por se utilizarem das terras para pastajem dos gados, por cujo interesse tem deyxado cahir a mayor parte dos montes que há nesta freguezia, que tendo legoa e meya de comprimento, e outro tanto de largura; e trinta e sinco herdades se acham só.

453
 N. S. da Ajuda ¹⁰ de ¹⁶⁷⁷ ^{mo} ^{mo} ^{mo}
 S. M. R. J.
 Resposta dos interogatórios que V. S. M. me ordenou fazer.
 Luis. Piz. Bernalte Parocho Confirmado pelo Santo Sumo Padre.
 Beneficente de quem quarto em esta Parochia Igreja de Nossa Senhora
 da Ajuda termo e Jurisdicção de El Rey. Parochia de Alentejo e muy
 priorado na dita frequency. Tenido d'ella de Parado e de sua mortuaria
 annual, por ser See vacante, e l'ymago de São Simão meyor de l'uy
 e deo de tenido; Comta de trinta e l'um vizinhos e dizenzas e d'onde
 p'cey esta situada em monte e descobre a fidalga de El Rey a qual
 dita Cruz seuy e abrilla de Juramento; da qual dita Cruz tem l'ua
 Calca distante da Igreja setenta e quatro pasyos que se chama Cruz de
 Comta de São vizinhos o orago de de Nossa Senhora da Ajuda a
 Igreja de de l'ua nave tem l'ua alturas a capella mayor que se de No
 ra Senhora da Ajuda e os muros são de Nossa Senhora do Espirito de
 Santo Antonio e de São Seuy e as Almas tem tres Hermanidades a Se
 nhora do Espirito Santo Antonio e as Almas. Não ha nesta fre
 quencia mais que Parocho e sacristia. Tem l'ua Ermida cha
 mada São Raphael esta destellada e sem portay e as paredes sem
 al pany vazos e se a capella mayor esta deo a qual se de noventa
 e d'onde esta a pintura do Santo e muy milagroso e a imagem dos
 Seuy e os frutos que nesta frequency se recolhem são trigo lar
 deyo e cevada e podendo recolher muytos muytos mantimentos
 os não recolhem por se desliziarem das terras para jurisdicção dos
 gades por cujo se temem tem deixado ca l'ra a mayor parte dos ma
 tes que ha nesta frequency que sendo seya, empe de se por proxim
 ta e culto a Santo da Ajuda e trinta e cinco d'onde se ha l'ua

O simples confronto da imagem do manuscrito com a transcrição mostra precisamente a intervenção feita nas maiúsculas. Ora estas, como é sabido, não são apenas fruto das práticas de escrita de cada época, pois desempenham nos textos funções de vária natureza que, de acordo as obras metalinguísticas analisadas por Verdelho (1994), se agrupam em três: “estruturantes” (cooperam na organização interna do texto), “distintivas” (apontam categorias sintáticas e semânticas distintas, relativamente a vocábulos homógrafos) e “conotativas”, ao mostrarem a valorização ou dignificação do que é “designado pelos vocábulos e também da pessoa a quem se endereça o texto escrito” (Verdelho, 1994, p. 463).

Quando o transcritor/editor altera as maiúsculas originais, em função do uso atual, está a subtrair ao texto uma informação histórica que pode ser relevante. O mesmo se poderá dizer das intervenções atualizadoras no domínio da pontuação. Apesar das modificações introduzidas em virtude das normas de transcrição adotadas, este exemplo mostra como os historiadores conservaram marcas linguísticas relevantes para os estudiosos da língua do século XVIII. Vejamos. Ademais de aspectos gráficos – uso de <z> por <s> (*freguezia, Rozario*), de <s> por <c> (*sinco, senteio*), de <ss> por <c> (*dessima*) ou de <x> por <ch> (*raxa*) –, são de realçar grafias que denotam realizações vocálicas (átonas) particulares em palavras como *abobeda, utelizarem, vezinhos* e *destilhada*³. No entanto, é claro que esta transcrição não serve para estudos sobre o uso das maiúsculas no século XVIII.

³ Neste trabalho não nos ocupamos da questão das variantes fónicas e gráficas. Sobre o assunto, veja-se: Cameron et al. (2020) e Cameron et al. (2022, *no prelo*).

FILOLOGIA: DO ANTIGO AO FILÓLOGO ATUAL

As edições oitocentistas de documentos antigos revelam que os autores, em conformidade com a cultura filológica da sua época, intervinham nos textos alterando-lhes a feição linguística. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora, é um bom exemplo da prática editorial que caracterizou o século XIX. Senão vejamos. Rivara editou as *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1842) que Francisco José Freire (1719-1773), escritor e intelectual neoclássico, também conhecido como Cândido Lusitano, deixara em manuscrito (BPE, Cód. CXIII/2-1, ms. 1768). O simples cotejo entre um fólio do manuscrito de Freire e a página correspondente da edição de Rivara mostra o grau de intervenção do editor que, de facto, não se limita a homogeneizar oscilações gráficas. Embora louvável, o labor de bibliotecário eborense altera, conforme se mostrou em trabalho anterior (Gonçalves; Banza, 2013), traços que, a exemplo de muitas outras edições oitocentistas, tornam a edição rivariana inábil para o estudo da língua do século XVIII. A contradição entre um conteúdo do século XVIII e uma forma linguística moldada no século seguinte determina que as *Reflexões da Língua Portuguesa* hoje conhecidas, publicadas por Cunha Rivara em 1842, apenas em parte nos sirvam de fonte linguística. Abaixo reproduzimos as tabelas comparativas (Gonçalves, Banza, 2013, p. 26-27) que ilustram alguns aspectos das intervenções editoriais no texto.

Quadro 1 – Pontuação e maiúsculas

MANUSCRITO	EDIÇÃO
Muito ha que para...	Muito há que para
... da Lição de todos os Authores, que geralmente são tidos por Classicos...	... da lição de todos os Auctores que geralmente são tidos por Clássico
... mudámos de opinião, persuadindo-nos, de que este Livro...	Mudámos de opinião, persuadindo-nos de que este livro...
... com a correcção, e energia, que lhe he devida	... com a correcção, e energia que lhe é devida...
A ordem que seguiremos, será dividir...	A ordem, que seguiremos, será dividir...
... satisfazendo assim a huns reparos que nos fizeram...	... satisfazendo assim a uns reparos, que nos fizeram...
... passaremos a mostrar, que esta não he...	... passaremos a mostrar que esta não é...
Livro	livro
Tratado	tratado
Linguagem	linguagem
Partes Parte	partes parte

Fonte: Gonçalves e Banza (2013: 26)

Quadro 2 – Desenvolvimento de abreviaturas

1 ^a	primeira
2 ^a	segunda
3 ^a	terceira

Fonte: Gonçalves e Banza (2013: 27)

Contudo, é graças à edição oitocentista que hoje conhecemos⁴ tão valiosa obra para a história do pensamento normativo sobre o léxico português, uma vez que a obra não

⁴ A obra teve 2ª edição, que reproduz a 1ª, saída da Typographia do Panorama em 1853. Ainda não se fez, que saibamos, o cotejo entre estas edições das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*.

voltou a ser editada, estando hoje disponível em várias bibliotecas digitais.

Desde o século XX, as mudanças técnicas e tecnológicas – fac-símile de documentos, microfilme, digitalização – têm vindo a mudar não só os recursos ao dispor dos filólogos ou editores mas também a própria conceptualização da materialidade do texto que, transcendendo a monodimensionalidade, agora pode assumir carácter pluridimensional.

Fruto da computação e das ferramentas que esta aplica ao processamento, tratamento, pesquisa e arquivo de massas textuais – domínio consagrado nos últimos anos como *Humanidades Digitais* (Bezuti, 2009; Mcgann, 2014; Driscoll; Pierazzo, 2016) –, emergiu uma nova filologia (Lavagnino, 1997; Cerquigliani, 2000; Lose, 2010; Morrás, 2003; Gonçalves; Banza, 2013), também ela “digital”. Verdadeira cartilha de fundamentos, o *MANIFESTO for the Digital Humanities* (2010, p. 1) esclarece a natureza desta área nos seguintes termos: “The digital humanities designate a “transdiscipline”, embodying all the methods, systems and heuristic perspectives linked to the digital within the fields of humanities and the social sciences”. Ninguém duvida de que as *HD* ultrapassaram o carácter puramente instrumental, assumindo-se como área de produção de conhecimento, com vocação transdisciplinar. Com efeito, se as *HD* permitem, por um lado, um grau de manipulação do texto e formas de pesquisa no seu conteúdo inimagináveis há trinta anos, por outro, possibilitam um texto digital (Paixão de Sousa, 2009), multimodal, com diversas possibilidades de visualização e várias camadas de informação, o que tem evidentes repercussões no ato de leitura. Na verdade, a mudança

introduzida pela “galáxia digital”, que constitui uma verdadeira revolução social e cultural, só parece comparável, primeiro, à criação da escrita e, segundo, à invenção da imprensa, a “galáxia de Gutenberg”, na célebre expressão de MacLuhan (1962), quando o homem se tornou um ser tipográfico (“the making of typographic man”), alterando-se para sempre quer as formas de difusão da palavra escrita e da cultura quer a própria percepção daquelas. É uma revolução que, por pervadir todos os âmbitos da atividade humana – individual, social, científica e humanística –, convoca os filósofos para uma reflexão sobre os efeitos e as consequências de uma vivência dominada pelo ambiente digital.

A revolução inerente à “filologia digital” supõe a emergência de um quadro teórico-metodológico associado a uma episteme que, travejada na filologia *soit disant* “clássica” (Blecu, 1983; Cambraia, 2005), torna as operações tradicionais⁵ desta mais ágeis e seguras, como se observa no caso da “collatio” semiautomática (Boto, 2019), facilitada por programas como *Justa Commons* ou CollateX, ainda que um e outro requeiram dos utilizadores diferentes competências prévias. De certo modo, a filologia digital tem-se desenvolvido a par da linguística de corpus⁶, porquanto uma e outra, a despeito de propósitos e metodologias distintos, são tributárias de recursos computacionais, lidando ambas com os problemas técnicos e linguísti-

⁵ A ecdótica tradicional – veja-se Spina (1977) – estabelece as seguintes: *fontes criticae, collatio codicum, examinatio, selectio, dispositio textus, emendatio*.

⁶ A linguística histórica ganhou novo impulso graças à computação e à possibilidade de estudar a mudança a partir de *corpora* históricos, vale dizer, grandes massas textuais de várias épocas, previamente preparadas por forma a serem pesquisáveis (Banza et al., 2015).

cos subjacentes àquilo a quem McGann (2014, p. 41) chama de “archival memory”.

Não cabe aqui expor as muitas potencialidades da filologia digital, tanto mais que existe já uma extensa bibliografia sobre o assunto, mas sublinharemos, por um lado, o papel daquela no que tange à preservação e arquivo da memória (a já mencionada “archival memory”) e, por outro, a potenciação de recursos especializados para diferentes tipos de edição⁷, diversos tipos/géneros textuais, distintas épocas (“filologia digital clássica”, Berti, 2019; filologia digital medieval, do renascimento, etc.) ou autores.

Do mesmo modo, as disciplinas auxiliares da filologia têm beneficiado dos desenvolvimentos das *Humanidades Digitais*, de que é exemplo cabal o programa *Transkribus*, vocacionado para a leitura de manuscritos, que abriu espaço para uma “paleografia digital”. O interessante, quer no caso da filologia quer no da paleografia, é que os recursos digitais não só não dispensam como até revalorizam o conhecimento tradicional do filólogo⁸ (Duarte, 2020) e do paleógrafo (Lose, 2010), o que vem corroborar o carácter transdisciplinar das *HD* que, não obstante serem tecnológicas, não deixam de ter um escopo humanístico. Desconhecemos se por este via se ultrapassará a tão propalada crise das Humanidades, cujo prestígio regrediu ao mesmo tempo que as tecnologias se afiançavam na socieda-

⁷ Sem nos adentrarmos na definição de “edição digital”, sublinhamos que esta costuma socorrer-se de *Text Encoding Initiative* – TEI, linguagem de programação XML.

⁸ À atividade deste também é indispensável a linguística, sendo a inversa igualmente verdadeira, conforme mostra Ramos (2019). Além disso, haveria que considerar, ainda, a relação destas duas áreas com a da historiografia linguística, em linha com o exposto por Sáez Rivera (2006).

de como instrumentos quotidianos, ademais de promissoras alternativas laborais. Eis que a filologia, qual Fénix, ressurgue graças aos recursos tecnológicos, num caminho sem retorno que se faz num contexto em que o mundo clama por soluções sustentáveis (ODS). Ora, perante os desafios da sustentabilidade, num tempo em que o equilíbrio entre ambiente, diversidade cultural e criatividade são fundamentais, a preservação da memória (material e imaterial), plasmada tanto em manuscritos como em livros, passa por unir tradição e inovação. É isso que fazem, em última instância, as *Humanidades Digitais*, pois servem, em igual medida, ao filólogo e ao historiador, assim como a outros investigadores de fontes da memória.

NOTAS FINAIS

No século XIX, os filólogos debateram-se com a demonstração da “episteme” da Filologia, a Glotologia ou Glótica, pugnando por um paradigma científico em contraponto às concepções e práticas precedentes, consideradas “acientíficas”. A partir da década de 60 do século XX, a introdução de tecnologias nas práticas de linguistas, filológicos e historiadores acarretou uma mudança na própria conceptualização do objeto “texto”, mas, na atual centúria, este passou a ser manipulado como nunca acontecera na história da transmissão textual, já que o meio digital enriqueceu a apresentação textual, tornou-a “interativa” (Duarte, 1997), com aparatos críticos em consonância com diferentes objetivos e tipos de edição, possibilitando a coexistência de vários testemunhos e tipos de edição, assim como vários tipos de pesquisa de con-

teúdo (concordâncias, redes de ontologias, entre muitas outras hipóteses).

Ninguém negará que são infinitas as perspectivas futuras abertas pelas chamadas *Humanidades Digitais*, ancoradas nos avanços inesgotáveis da computação e no processamento de linguagem natural (PLN), que estimularam o regresso à filologia (De Man, 1986) e a recriação das Humanidades *tout court*. Num século de acelerada e instigante digitalização, em que as tecnologias parecem adquirir vida própria, ainda continuamos a lidar com muitos dos velhos problemas que desafiaram os filólogos e os historiadores do século XIX: resgatar e preservar a memória textual. Porém, na contemporaneidade, os modos de preservação e arquivo são outros. Perante uma herança filológica que se reinventa graças aos recursos eletrónicos, cabe aqui perguntar que tipo de edição faríamos hoje das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire, uma vez que dispomos de um pdf. da edição oitocentista, ademais do manuscrito eborense⁹. Parece evidente que deveria ser uma edição digital – filologicamente conservadora –, que nos devolvesse os traços do manuscrito da BPE, e que, se possível, dialogasse com as duas edições do século XIX, por meio de uma rede de relações cruzadas, ademais de nos oferecer um *lexicon* geral da obra, recursos que certamente contribuiriam para a história do léxico (e não só) do português clássico.

Por último, cabe igualmente perguntar como será uma filologia digital sem manuscritos, já que, nas práticas de escrita,

9 Temos notícia de outros testemunhos na Academia das Ciências de Lisboa. Porém, a informação carece ainda de confirmação.

o teclado e o ecrã de um computador portátil têm vindo a substituir a caneta e o papel. Com a digitalização da sociedade em geral, o espaço da escrita manual parece ser, cada vez mais, residual. Assim, num futuro não muito longínquo, que está longe de ser ficção, o filólogo e o historiador lidarão sobretudo com documentos exclusivamente digitados e digitalizados, logo, sem os desafios paleográficos da escrita manual, memória textual que contrastará com a enorme massa de manuscritos de séculos passados. O meio digital é o novo espaço¹⁰ dominante da escrita, e nele se anulam as diferenças do traçado manual porque o instrumento é o teclado, igualitário mas despessoalizado. É claro que outros problemas se levantarão, quer ao filólogo quer ao historiador, cujo labor continuará a centrar-se em documentos e em textos, ainda que estes apenas tenham existência digital.

REFERÊNCIAS

BANZA, A. P.; RODRIGUES, I.; SAIAS, J.; GONÇALVES, M. F. A historical linguistics corpus of Portuguese (16th-19th centuries). In: GIPPERT, J.; GEHRKE, R. (eds.). **Historical Corpora Challenges and Perspectives**. Tübingen: Narr Verlag, 2015, p. 281-289.

BERTI, M. (ed.). **Digital Classical Philology. Ancient Greek and Latin in the Digital Revolution**. De Gruyter Saur, 2009.

BLECUA, A. **Manual de crítica textual**. Madrid: Castalia, 1983.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez, e Latino** (Letra O-P). Lisboa: Na Officina de Paschoal da Sylva, 1720.

BOTO, S. La collatio semiautomática al servicio de la edición del Romanceiro de Almeida Garrett. In: MARTOS, J. LL.; MANGAS, N. A. (eds.).

10 O termo/conceito “suporte” não se adequa à natureza da escrita digital.

Pragmática y metodologias para el estudio de la poesia medieval.

Colección Cancionero, Romancero e Imprenta, 2. Alacant: Universitat d'Alacant, 2019, p. 115-126. Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/13417/1/Convivio_2018.pdf.

BUZETTI, D. Digital editions and text processing. In: DEEGAN, M.; SUTHERLAND, K. (eds.). **Text editing, Print and Digital World**. Farnham: Ashgate, 2009, p. 45-61.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMERON, H. F.; GONÇALVES, M. F.; QUARESMA, P. Linguistic and orthographical classic Portuguese variants. Challenges for NLP. In: FINATTO, M. J.; VIEIRA, R.; POLLAK, S.; SATURNINO, L. (eds.). **Proceedings of the Workshop on Digital Humanities and Natural Language Processing, co-located with International Conference on the Computational Processing of Portuguese** (PROPOR 2020), vol. 2607. Évora (Portugal): CEUR-WP, 2020, p. 43-48. Disponível em: <http://ceur-ws.org/Vol-2607/short1.pdf>.

CAMERON, H. F.; GONÇALVES, M. F.; OLIVAL, F.; VIEIRA, R. Spelling variants in the 18th century Portuguese: constraints on natural language processing. **Programming Digital Humanities**. Springer, 2022 (no prelo).

CERQUIGLINI, B. Une nouvelle philologie. In: **Philologie à l'ère de l'internet**. Budapest, 2000. Disponível em: <http://magyar-irodalom.elte.hu/colloquia/000601/cerq.htm>.

CHOMSKY, N. **Cartesian Linguistics: A chapter in the history of rationalist thought**. New York: Harper & Row, 1966.

COLLATEX. **Software for Collating Textual Sources**. Disponível em: <http://collatex.net/>.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

CASTRO, I. Para uma história do português clássico. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (eds.). **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**, vol. II, Lisboa: Colibri, 1996, p.135-150.

CASTRO, I.; RAMOS, M. A. **Estratégia e tática da transcrição** (tiré à part du volume Critique Textuelle Portugaise – Actes du Colloque), Centre Culturel Portugais, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986.

COELHO, F. A. **A língua portuguesa**. Noções de glotologia geral e especial portuguesa. Porto: Livraria Universal, 1881.

CONTINI, G. **Breviario di ecdótica**. 2^a. ed. Torino: Einaudi, 1992.

DRISCOLL, J.; PIERAZZO, E. (eds.). **Digital Scholarly Editing**. *Theories and Practices*. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.02>.

DUARTE, L. F. Para uma edição interactiva de textos antigos. In: CASTRO, I. (Org.). **Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, II (Linguística História, História da Língua), 1997, p. 411-417.

DUARTE, L. F. **Os palácios da memória: ensaios de crítica textual**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/47057>.

DE MAN, P. The Return to Philology. In: **The Resistance to Theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986, p. 21-26.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.

FREIRE, F. J. **Reflexões sobre a língua portuguesa**. Lisboa: Typographia da Sociedade de Propagação de Conhecimentos Uteis, 1842.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. Fontes metalinguísticas para o português clássico. O caso das Reflexões sobre a Língua Portuguesa. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). **Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia**. Col. Biblioteca – Estudos & Colóquios, Série e-Book, n^o 1, Évora: CIDEHUS, 2013, p. 73-111. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1088>.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). **Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia**. Col. Biblioteca – Estudos & Colóquios, Série e-Book, n^o 1, Évora: CIDEHUS, 2013 (edição na OpenEdition, 2016). Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1073>.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

JUXTA COMMONS. Disponível em: <http://juxtacommons.org/home/index>.

KOERNER, K. **Practicing Linguistic Historiography**. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

KUHN, Th. **A estrutura das revoluções científicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 (1ª ed. 1962).

LAVAGNINO, J. Excerpted: reading, Scholarship, and Hypertext Editions. **Journal of Electronic Publishing**. vol. 3, issue 1, sept., 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0003.112>.

LOSE, A. D. Edição digital de texto manuscrito: filologia no séc. XXI. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 42 (jul.-dez.), 2010, p. 11-30.

MACLUHAN, M. **The Gutenberg galaxy. The making of the typographic man**. Toronto: Toronto University Press, 1962.

McGANN, J. **A New Republic of Letters: Memory and Scholarship in the Age of Digital Reproduction**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

MANIFESTO for the digital humanities, 2010. Disponível em: http://tcp.hypotheses.org/files/2010/07/Pages-de-Aff_Dh40x60-EN2BIS.pdf.

MORRÁS, M. Informática y crítica textual: realidad y deseos. In: VEGA RAMOS, M. J. (coord.). **Literatura hipertextual y teoría literaria**. La Rioja: Mare Nostrum Comunicación, 2003, p. 225-240. Disponível em: https://www.academia.edu/678820/Informatica_y_critica_textual_realidades_y_deseos.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Conceito material de um “texto digital. **Texto Digital**. Florianópolis, v. 5, n. 2, dez. 2009, p. 159-187. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/issue/view/1429>.

PRISTA, L.; ALBINO C. **Filólogos portugueses entre 1868 e 1953** (Catálogo de Exposição organizada para o IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995). Lisboa: Colibri/APL, 1996.

RAMOS, M. A. De quanta filologia precisa um linguista e de quanta linguística precisa um filólogo. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A. M.; PEREIRA, S.; SILVESTRE, J. P. (orgs.), **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, p. 1239-1301.

SÁEZ RIVERA, D. M. Crítica textual, historiografia linguística e história de la lengua. In: PONS RODRÍGUEZ, L. (ed.). Madrid/Frankfurt am Main: **Historia de la lengua y crítica textual Iberoamericana/Vervuert**, 2006, p. 267-302.

SPINA, S. **Introdução à ecdótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

VASCONCELOS, J. L. de. **Opusculos**, vol. IV (Filologia), Parte II, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

VASCONCELOS, J. L. de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

VERDELHO, T. *Garrett* e o pensamento normativo na língua portuguesa. In: **Colóquio Letras**, 153/154, Julho-Dezembro 1999, 2000, p.107-126.

VIEIRA, R.; OLIVAL, F., CAMERON, H. F.; SANTOS, J., SEQUEIRA, O.; SANTOS, I. Enriching the 1758 Portuguese Parish Memories (Alentejo) with Named Entities. **Journal of Open Humanities Data**, 7, 20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/johd.43>.

ISBN 978-858413605-6



9

788584

136056